JUVENTUDES E SUBJETIVIDADES: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS ATORES JUVENIS NO ESPAÇO ESCOLAR

Yvisson Gomes dos Santos*

Resumo

O presente artigo pretende comentar sobre os temas das juventudes e das subjetividades nas concepções histórica e social (Abrantes, 2003), inseridas no contexto da modernidade líquida (Bauman, 2001). A ideia central é de que a escola, como espaço de transmissão do conhecimento, também nela se formam grupos juvenis diversos com suas heterotipias psíquicas e sociais singulares. Utilizou-se da noção de *habitus* (Bourdier, 2009) para explanar as representações psíquicas e sociais das juventudes e das subjetividades. Também, não se deixou de pontuar sobre a alteridade, o Outro (Lacan, 1991), como complemento as nossas investigações sobre a temática exposta, concluindo que as juventudes e as subjetividades são terminologias orgânicas, vivas dentro do espaço escolar. O presente artigo fez parte da disciplina Juventudes e Escolarização, do PPGE/CEDU/UFAL, tendo a Dra. Rosemeire Reis da Silva como docente.

Palavras Chave: Juventudes. Subjetividades. Escola.

Abstract

This article aims to review the issues of youths and subjectivities in the historical and social conceptions (Abrantes, 2003), set in the context of liquid modernity (Bauman, 2001). The central idea is that the school, as a place of knowledge transmission, it also formed various youth groups with their psychic and social heterotopias natural. We used the notion of habitus (Charlot, 2009), to explain the psychic and social representations of youths and subjectivities. Also, do not let the scoring on alterity, the Other (Lacan, 1991), to complement our investigations on the exposed subject, concluding that the youths and subjectivities are organic, living terminologies within the school environment. This article was part of the discipline Youth and Schooling, the PPGE/CEDU/UFAL having Dra. Rosemeire Reis da Silva as teaching.

Keywords: Youths. Subjectivities. School.

Introdução

A ideia de juventudes, no plural, sempre nos chama a atenção para algumas considerações, a saber: as juventudes representam não uma totalidade hegemônica, mas uma diversidade em meio a uma faixa etária específica. Outra consideração: pensar essas juventudes, também nos faz pensar sobre as possíveis identidades que as mesmas possuem no espaço escolar, social e político enquanto personagens da modernidade (BAUMAN, 2001).

Quando se fala em subjetividades, objetivamos uma definição específica para advogá-las dentro deste artigo. E também do termo atores, que muito se fala na atualidade em contextos específicos, mas que se fará entendê-lo como o principio motriz de uma categoria semântica, que tem sentido quando se pensa em personagens inseridos no contexto escolar e educacional. Como são os atores juvenis enquanto sujeitos da educação, inseridos na modernidade, dentro do saber escolar? São os jovens com suas heterotipias comportamentais identificados em uma pluralidade de comportamentos, que dão um sentido multifacetado, no que se observa a sua pertença no ambiente escolar?

Pretendeu-se fazer neste artigo, um recorte das juventudes inseridas nos espaços escolares, através de literatura atinente ao tema proposto e, também, de outras literaturas complementares.

Infância e juventudes: apontamentos teóricos

Pensar as juventudes sempre pluralizadas, nos adverte de que não estamos lidando com uma definição unívoca. Ocorre, nessa consideração, que há uma polissemia que estrutura tal palavra, nos fazendo pensar que houve, em certo momento histórico, a necessidade de não mais circunscrever a juventude no singular. E como isso se deu?

Precisamos entender que ocorreu, nos interstícios da história ocidental, possíveis definições sobre o que era uma criança, da mesma forma como essa criança determinava-se jovem e, posteriormente, adulta. Para entendermos as juventudes, precisaremos questionar a infância como construto histórico relevante.

A ideia de infância na Idade Média ganharia algumas definições. A ideia central era de que o *Enfant* (Infante) não tinha voz. Era nada mais que um homúnculo (um pequeno homem) que não possuía discurso e, desta forma, não possuía uma identidade própria e nem subjetiva.

No medievo, especificamente durante o século XVII,

A ideia de infância estava ligada a ideia de dependência: as palavras fils, valets e garçons eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência, ou ao menos, dos graus mais baixos da dependência. Essa é a razão pela qual as palavras ligadas à infância iriam subsistir para designar familiarmente, na língua falada, os homens de baixa

condição, cuja submissão aos outros continuava a ser total: por exemplo, os lacaios, os auxiliares e os soldados (ARIÈS, 1981, p. 42).

Essa criança precisava ser tutelada. A tutela não bastaria a cuidados de ordem material ou física, como ocorre com crianças de nosso século, mas, o que estava subjacente ao discurso medieval, era de que não havia uma identidade, uma possibilidade linguística de existência dessa criança como sujeito. A ideia de ser vinculada aos lacaios e auxiliares, denotava o desprestígio da infância.

Nos séculos seguintes, especificamente no século dezoito, ocorreu a necessidade de entender essa criança por outro viés - o educacional. O ensino dos *Enfants* era respaldado pelo cuidado do preceptor com seu aluno (ou o seu bom selvagem, como pensava Rousseau).

A criança era inocente e necessitava apartar-se da sociedade para aprender lições que enobrecessem seu caráter para, em seguida, voltar à mesma, já como homem adulto. Rousseau nos falava a esse respeito com certa peculiaridade. O conceito da infância era firmado pela palavra inocência. Ao aprendiz, caberia cultivar ofícios, ter uma boa educação e não ser visto como mercadoria, pois:

Quando se trata de examinar uma criança, fazem-no desembrulhar sua mercadoria; ele a exibe, todos ficam contentes; em seguida ele embrulha de novo o seu pacote e vai embora. Meu aluno não é tão rico assim, não tem pacote para desembrulhar, nada tem para mostrar, a não ser ele mesmo (ROUSSEAU, 1995, p.199).

Não era Emílio uma mercadoria, o pupilo do mestre, tinha de mostrar-se pelas suas virtudes através da sua razão intelectual e humana, bem como das complexidades advindas de sua formação subjetiva. Essa criança estava sendo tutelada pelo seu preceptor, entretanto, tinha voz, discurso e identidade que, voltada à educação, a fazia ser especial, tal como um bom selvagem, que era moldado pelo seu professor ,que o incentivava a ser uma crianca com capacidade a se libertar de seu estado tutelado, futuramente.

O aprendiz, aquele que exercia um ofício, crescia. Tornava-se adulto e liberto da sociedade opressora, que o desprezava quando criança. Quando jovem, detinha o poder de discernir sobre quais as virtudes de um homem, bem como dos vícios do mesmo e mostrava-se audaz em optar pela liberdade e bom caráter. A escola o fazia um homem útil à sociedade, graças aos seus preceptores.

Podemos pontuar de que a história do *Emílio* reencontra-se atualmente na escola moderna, mas em contextos diferenciados. Os *Emílios* que se tornaram jovens, ou seja, quase adultos, tem:

a escola [...] cada vez mais presente nos quotidianos juvenis. Todavia, os jovens não são simplesmente à escola: aproximam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são transformados por ela. Se parte deles sente o processo de escolaridade como um a imposição, uma violência, a que se resiste ou que se abandona, para outros esse processo é um suporte fundamental na construção do percurso de vida e do projecto identitário. Em qualquer dos casos, a escola constitui hoje uma das instituições fundamentais em torno das quais os Jovens estruturam as suas práticas e discursos, os seus trajectos e projectos, as suas identidades e culturas (ABRANTES, 2003, p. 93).

Já podemos entender que, na contemporaneidade, a discussão em torno da participação dos jovens na escola, tem um sentido primaz, a saber tanto identificar esse jovem como possuidor de uma identidade e subjetividade, bem como fazer/saber que a



escola, como espaço privilegiado, detém primícias que as fazem ser uma preceptora rousseniana atualizada.

E já que falamos em identidades e subjetividades, o que vem a ser essas duas palavras direcionadas às juventudes?

Vamos pensar em identidades. De acordo com Giddens apud Abrantes (2003, p. 94), "as identidades juvenis, ao invés das (sub) culturas, pretende enfatizar o processo reflexivo através do qual os indivíduos se constroem a si próprios enquanto actores sociais, no decorrer da vida quotidiana". É-nos importante frisar que as identidades são circunscritas em grupos, classes e culturas sociais específicas. Por exemplo: poderemos ter um grupo de *nerds* numa escola, bem como de rockeiros e desportistas ou de grafiteiros, neste mesmo espaço escolar.

Essa diversidade é característica do termo juventudes, pois engloba um panteão caracteriológico juvenil, que usufrui de identidades próprias que lhes são inerentes e comuns a elas.

Já a subjetividade, está atrelada também a identidades juvenis, mas com algumas considerações específicas. De acordo com Lima:

O termo 'sujeito' deriva da palavra latina 'subjectum'. Palavra composta pela preposição 'sub', que significa 'debaixo de', e do particípio perfeito de 'yúci, ectum', um verbo que significa colocar, por; [...] 'Subjectum' significa assim 'posto debaixo, colocado, situado abaixo', isto é 'à base' (LIMA, 2005, p. 45).

A ideia de base, de colocado a base na definição de sujeito, nos remete ao ponto em que a subjetividade vai ganhando novos recortes com o passar dos tempos. De uma acepção grega em sua etimologia, a uma identidade ontológica heideggeriana, esse sujeito vai ser dito da seguinte forma, "como sendo absoluto, ou seja não depende de outra coisa para existir, pelo contrário, é o suporte o que subjaz sempre presente, enquanto outras propriedades [...] variam" (IBIDEM, 2005, p. 45).

O sujeito não varia como um objeto. Esse é o sentido do exposto acima, mas ele é absoluto, pois se identifica com outros sujeitos formando um processo em *degrade*. Sujeito para sujeito, identidades juvenis para identidades juvenis: é isso que se quer dizer. As juventudes, já entendidas nessa forma plural, devido às subjetividades e identidades, formam uma heterotipia, ou seja, tipos diversos de subjetividades, que se encontram no espaço escolar, ou em qualquer lugar e situação social específica, mas sempre em suas pluralidades.

Juventudes e escolarização ou o fascínio pelo espaço escolar como formador de subjetividades

Nossa escola tem se transformado pelos séculos, desde os gregos à atualidade. Com os gregos o ensino era aquele que formava indivíduos através do parto das ideias, chamado *maiêutica*. Essa proposta educativa foi propagada por Sócrates. Parir ideias em seus alunos nas praças públicas da cidade, era a proposta socrática. A partir deste contexto,

criou-se a academia platônica, as universidades medievais, chegando à escola propriamente dita.

Essa escola foi balizada por construções epistemológicas que a identificaram em diversas tessituras. De escola tradicional à escola libertária, o seu gérmen continuaria a mesmo, a saber, de transmitir conhecimento, mas também de facilitar esse conhecimento com os conteúdos curriculares preexistentes, bem como com a *empiria* de alunos e professores, que formavam e formam, o que se convencionou chamar de caráter histórico da escola moderna, pois:

Ao estabelecer seu caráter histórico, é possível compreender que o conteúdo social do conjunto de atividades não é arbitrário; não responde a uma escolha que cada sujeito faz diante de uma gama infinita de possibilidades. As atividades particulares contribuem para processos específicos de produção e reprodução social, ou seja, conformam 'mundos' que, para outros sujeitos, são os mundos dados; recuperam e redefinem instituições construídas com anterioridade (ROCKWELL; EZPELETA, 1985, p. 116).

A escola é um espaço social, construção social e histórica que vai se estabelecendo criticamente com seus atores sociais. A ideia é que, os sujeitos nela envolvidos, detém uma gama de possibilidades e discursos, que vem a estabelecer a alteridade. O outro, na escola, é aquele que faz parte dela; é o sujeito que se depara com outros sujeitos, anteriormente estranhos a si mesmos e que reproduzem subjetividades no espaço escolar.

Não se pode esquecer de que esse Outro, em maiúscula, nos identifica também. Somos existentes graças a ele. Ora, só posso existir enquanto sujeito se houver alguém ou alguma coisa que possa me identificar como sujeito (LACAN, 1991). Essa é uma expressão clara da dialética e ela existe no espaço escolar, persistentemente.

O itinerário das subjetividades e das juventudes perpassa mais uma vez pela identidade. E na modernidade a

busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme. Lutamos para negar, ou pelo menos encobrir, a terrível fluidez logo abaixo do fino envoltório da forma; tentamos desviar os olhos de vistas que eles não podem penetrar ou absorver (BAUMAN,2001, p. 97).

Estamos, segundo Bauman, numa modernidade líquida. Tudo é fluido, contingencial, mas existente. Podemos cotejar, nessa premissa, que os atores da educação se encontram "numa volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas e quase todas as identidades" (ibidem, p. 98). Reassumir essa identidade e forjá-la nesse século 21 requer atenção às necessidades das subjetividades envolvidas. O aluno ou o adolescente, dentro do espaço escolar se identifica com seus pares, esses pares têm um *habitus* específico que, de acordo com Bourdier apud Charlot (2009, p. 10), "o *habitus* é um conjunto de disposições psíquicas, duráveis e transponíveis, que foram estruturadas socialmente e funcionam como princípios de estruturação de práticas e das representações".

As representações desse *habitus* na escola e com as juventudes têm características importantes a serem pontuadas. As juventudes possuem suas próprias representações e estas são, necessariamente, grupais e plurais. Desta feita, cabe à escola acolher e interpretar continuamente essa polissemia comportamental e psíquica dos seus atores envolvidos. A definição de ator é aquele "que empresta plenitude física e espiritual ao texto do dramaturgo, usando seu corpo e sua voz, para comunicar ao público a personagem que interpreta" (TEIXEIRA, 2005, p. 39).



Podemos dizer que, o personagem, é aquele que interpreta algo e que é um ator, por isso. Na reflexão sobre as juventudes, podemos dizer que esta se faz no espaço escolar, como propôs Bourdier, pelo *habitus*, com as suas disposições psíquicas e culturais, que forma a grande trama da educação: as subjetividades.

Ou seja, a escola abriga e deve entender essas subjetividades no sentido de analisar, ora implicitamente, ora explicitamente, os contextos culturais, sociais e psíquicos de seus atores-alunos e propor uma interação desses atores com a necessidade premente da escola, que é não somente propor conhecimentos conteudistas, mas fazer interação dos alunos nos grupos sociais em que eles se encontram, de forma que proponham mudanças ontológicas nos mesmos, através do aprendizado e das trocas simbólicas pela via do *socius*.

Considerações Finais

Deve-se dizer que as juventudes e as subjetividades são terminologias orgânicas, vivas e que possuem maleabilidades dentro do espaço escolar e social. Entender as juventudes no plural, fica mais palatável conceitualmente, pois nos advoga que não temos uma juventude singularizada, mas sim, múltipla e com identidades próprias.

Na modernidade líquida, essa forma de conceber o que é identidade passa, inevitavelmente, pela fluidez e pela contingencialidade. Não podemos esquecer que essa característica, própria da modernidade, é o que faz a juventude (s) ser um grande problema na educação, só para citar uma área do conhecimento.

É um problema pois, identificar as juventudes, requer identificar os tipos de grupos que se formam em torno das juventudes. O que antes era inominável, o infante medieval, agora passou a múltiplos discursos de foro psíquico e social. Graças ao *habitus*, podemos falar das representações e das práticas que estruturam ou que são estruturadas pelo psiquismo dessas juventudes.

Essa tem sido uma saída, mas tantas outras epistemologias discutem esse jovem, como as ciências da psicologia, da história, da sociologia, dentre outras. O que vale frisar é que, para se existir juventudes e subjetividades, é necessário que haja a participação dialética do outro, ou seja, que se estabeleça uma alteridade que definirá a existência dos sujeitos dentro de certo âmbito ontológico. E a escola participa disso, pois agrega, reúne jovens e tenta, de certa forma, integrá-los a sociedade.

Óbvio que esses jovens fazem parte da sociedade como um todo, entretanto, cabe a escola guiá-los através de um mecanismo indispensável ao sujeito, na busca de sua emancipação, que é a educação.

Referências

ABRANTES, Pedro. Os sentidos da escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. **Sociologia, problemas e práticas,** n. 41, 2003. Disponível em: http://scholar.google.com/citations?user=KBMcVoUAAAAJ&hl=en&oi=sra.

ARIÈS, Philippe. A história social da criança e da família. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARLOT, Bernard. A escola e o trabalho dos alunos. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 10, set./dez. 2009.

LACAN, Jacques. **O Seminário**: Livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LIMA, Walter Matias. A crise metafísica da subjetividade. **Revista Tópica**, Maceió, n. 4, 2005.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A Construção social da escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 66, n. 252, jun. 1985.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TEIXEIRA, Ubiratan. Dicionário de teatro. São Luís: Instituto Geia, 2005.